

RELATO DE EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE INDÍGENA DE CATU, CANGUARETAMA/RN: os diferentes grupos humanos que formaram, convivem e conflitam no Brasil

EXPERIENCE REPORT IN THE INDIGENOUS COMMUNITY OF CATU, CANGUARETAMA/RN: the different human groups who formed, live and conflited in Brazil

INFORME DE EXPERIENCIA EN COMUNIDAD INDÍGENA DE CATU, CANGUARETAMA/RN: los diferentes grupos humanos que se formaron, viven y se encuentran en conflicto en Brasil

Ana Beatriz Câmara Maciel

Doutoranda e Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
Professora da Rede Estadual do Rio Grande do Norte e da Prefeitura Municipal de Natal.
anaufrn@yahoo.com.br

Cícera Tamara Graciano Leal da Silva Fernandes

Mestranda em Ensino de História e Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Professora da Prefeitura Municipal de Natal.
tamaraglfernandes@hotmail.com

Antonia Salete da Silva Pereira

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.
Coordenadora da Rede Municipal de Natal.
saletern@hotmail.com

Recebido para avaliação em 16/04/2017; Aceito para publicação em 08/02/2018.

RESUMO

O referido trabalho foi direcionado aos estudantes dos 7º Anos A, B e C da Escola Municipal Professora Terezinha Paulino de Lima, localizada no bairro de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal/RN, no ano de 2016. Com a premissa de ensinar História e Geografia a partir das discussões sobre os problemas da sociedade atual, procurou-se estimular o debate sobre as diversidades étnico-raciais em defesa de uma educação para a cidadania. Abordou-se sobre as características contemporâneas das comunidades indígenas potiguaras e os conflitos atuais relacionados à questão da demarcação de terras, aos estereótipos e aos preconceitos decorrentes de um senso comum sobre a falsa inexistência de índios no estado do Rio Grande do Norte. Procedimentalmente, foram feitas atividades interdisciplinares, dentro da sala de aula formal e fora dela, através de uma sequência didática que, inicialmente, contou com levantamento bibliográfico acerca da temática diversidade étnico-racial em autores clássicos e nos livros didáticos, abordando-se, inclusive, manifestações culturais de grupos sociais afrodescendentes e outros - como meio de ampliação da percepção sobre as diferenças. Em seguida, houve aulas de campo na comunidade indígena de Catu, município de Canguaretama, onde os alunos obtiveram, através de relatos orais, entre outras vivências, informações sobre a história e os dilemas socioambientais dessa comunidade e ao Estuário Potengi, possibilitando análises sobre os impactos da ocupação no território potiguar. Por fim, novamente em sala de aula formal, os alunos sintetizaram suas conclusões e as compartilharam

com toda a comunidade escolar, sendo avaliados como tendo alcançado os objetivos propostos para este trabalho adequadamente.

Palavras-chave: Povos Índigenas; Povos Formadores do Brasil; Diversidades Étnico-raciais; Comunidade Indígena Catu.

ABSTRACT

This report of experience was directed to students of the 7th Years A, B and C of the Municipal School Professor Terezinha Paulino de Lima, located in the neighborhood of Nossa Senhora da Apresentação, in Natal/RN, in the year 2016. With the premise of teaching History and Geography from the discussions about the problems of the current society, we tried to stimulate the debate on ethnic-racial diversities in defense of an education for citizenship. We spoke about the contemporary characteristics of the indigenous communities of Potiguares and the current conflicts related to the land demarcation issue, the stereotypes and the prejudices arising from a common sense about the false inexistence of Indians in the state of Rio Grande do Norte. Interdisciplinary activities were carried out, both within and outside the formal classroom, through a didactic sequence that initially had a bibliographical survey about ethnic-racial diversity in classic authors and in textbooks, including, cultural manifestations of afrodescendent social groups and others - as a means of increasing the perception about the differences. Then, there were field lessons to the indigenous community of Catu, municipality of Canguaretama, where the students obtained, through oral reports, among other experiences, information on the history and socio-environmental dilemmas of this community and the Potengi Estuary, making possible impacts of occupation in the territory of the state. Finally, again in the formal classroom, the students synthesized their conclusions and shared them with the whole school community, being evaluated as having achieved the objectives proposed for this work properly.

Keywords: Indigenous Peoples; Formative Peoples of Brazil; Ethnic-racial Diversity; Indigenous Community of Catu.

RESUMEN

El trabajo fue dirigido a los estudiantes de los 7º A, B y C de la Escuela Municipal Profesora Terezinha Paulino de Lima, ubicada en el barrio de Nuestra Señora de la Presentación, en Natal/RN, en el año 2016. Con la premisa de enseñar Historia y Geografía a partir de las discusiones sobre los problemas de la sociedad actual, se intentó estimular el debate sobre las diversidades étnico-raciales en defensa de una educación para la ciudadanía. Se habló sobre las características contemporáneas de las comunidades indígenas potiguares y los conflictos actuales relacionados con la cuestión de la demarcación de tierras, los estereotipos y los prejuicios derivados de un sentido común sobre la falsa inexistencia de indios en el estado de Rio Grande do Norte. En el aula formal y fuera de ella, se realizaron actividades interdisciplinarias, a través de una secuencia didáctica que, inicialmente, contó con levantamiento bibliográfico acerca de la temática diversidad étnico-racial en autores clásicos y en los libros didácticos, abordándose, inclusive, manifestaciones culturales de grupos sociales afrodescendientes y otros - como medio de ampliación de la percepción sobre las diferencias. A continuación, hubo clases de campo a la comunidad indígena de Catu, municipio de Canguaretama, donde los alumnos obtuvieron, a través de relatos orales, entre otras vivencias, informaciones sobre la historia y los dilemas socioambientales de esa comunidad y el Estuario Potengi, posibilitando análisis sobre los impactos de la ocupación en el territorio potiguar. Por último, nuevamente en el aula formal, los alumnos sintetizaron sus conclusiones y las compartieron con toda la comunidad escolar, siendo evaluados como habiendo alcanzado los objetivos propuestos para este trabajo adequadamente.

Palabras clave: Pueblos Indígenas; Pueblos Originales de Brasil; La Diversidad Étnica y Racial; Comunidade Indígena Catu.

DE ONDE PARTIMOS: considerações iniciais

A Escola Municipal Professora Terezinha Paulino de Lima está localizada no bairro de Nossa Senhora da Apresentação – no conjunto do Parque dos Coqueiros, Natal/RN, e lá existe desde a década de 1990, quando da construção deste conjunto habitacional. Atualmente esta escola, de modelo inclusivo, atende a estudantes dos anos finais do ensino fundamental e é uma das maiores escolas da rede municipal de Natal em termos de quantidade de alunos, tendo seus três turnos em funcionamento. Com estudantes moradores tanto de Natal, quanto de São Gonçalo do Amarante, quanto de Extremoz, apresenta intensa diversidade étnica, sendo este um tema profícuo para o planejamento das aulas em todas as áreas de conhecimento lecionadas.

Nesta escola, por meio de seu Projeto Político Pedagógico (ESCOLA, 2015) e acordando com o que lhe é direcionado pelos documentos oficiais da Educação brasileira, aos professores é indicado o trabalho por projetos interdisciplinares. Entretanto, não é fácil encontrar o caminho para esse paradigma metodológico. Neste projeto realizado pelas professoras de História e Geografia, interdisciplinar foi considerado “um esforço comum de pesquisa conjugando diversas áreas e uma participação de diversas áreas do conhecimento num campo comum de pesquisa” (CARNEIRO, 1995, p. 103). Campo de pesquisa esse cujo enfoque principal é o conhecimento histórico e geográfico escolar. Assim, o trabalho interdisciplinar foi planejado orientado pelo eixo-temático da diversidade, com as professoras dialogando com questões concernentes às suas respectivas áreas do conhecimento, mas sempre orientando os alunos a perceberem que o conhecimento em si não é compartimentado, visto que “todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos” (BRASIL, 2013, p. 28).

Desta feita, em busca de outra meta da escola que é o trabalho educativo em suas disciplinas a partir da realidade social do aluno, procurou-se abordar a característica presente na escola em seu próprio público-alvo: a diversidade étnica, condizente, no mesmo sentido, com a também difícil procura pela educação inclusiva, que, para além da inserção dos alunos da Educação Especial na Escolar Regular, na sua perspectiva mais abrangente é entendida como aquela que “efetiva o direito à educação para todos, pela valorização das diferenças culturais, étnico-raciais, sexuais, físicas, sensoriais, intelectuais, emocionais, linguísticas e outras, que visa a reverter o percurso da exclusão” (ARANHA, 2015).

Nesse contexto, o projeto teve como objetivo geral promover o conhecimento sobre a formação histórica e geográfica do Brasil através das contribuições dos diversos grupos humanos que deram origem a sociedade brasileira, com destaque aos indígenas que

residem hoje no Rio Grande do Norte. Os objetivos específicos, por sua vez, foram: fazer um devir histórico dos povos nativos das terras que hoje formam o Brasil; debater as tensões contemporâneas que permeiam as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas quanto à questão da demarcação de terras; identificar e mapear essas comunidades no Rio Grande do Norte; compreender as características socioculturais dos grupos estudados e de outros imigrantes; debater os problemas ambientais presentes nas comunidades indígenas; sintetizar e socializar as informações através de produções escritas, audiovisuais e interativas.

POR ONDE CAMINHAMOS: embasamento teórico-metodológico e procedimental

A educação tem a responsabilidade de combater os preconceitos: de etnia, de cor, de religião, de gênero, de condição social. É preciso debater os prejuízos que condutas preconceituosas e/ou estereotipantes causam na sociedade. É necessário aprender a conviver com (e a respeitar) as diferenças, em busca de uma sociedade verdadeiramente igualitária. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica – DCN's – esclarecem que:

Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social – pobres, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, as populações do campo, os de diferentes orientações sexuais, os sujeitos albergados, aqueles em situação de rua, em privação de liberdade – todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas (BRASIL, 2013, p. 152).

Em consonância com a necessidade de se considerar a diversidade da sociedade brasileira e na impossibilidade de se dar conta de todos os chamados grupos excluídos, este trabalho foi direcionado para o estudo dos grupos indígenas e afrodescendentes, mas sem perder de vista que a pluralidade humana neste país abrange imigrantes de diversas partes do mundo. As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 (uma que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira e a outra que incluiu no currículo a obrigatoriedade do estudo da história, geografia e cultura dos povos indígenas) já atestaram a necessidade desta discussão. E a sua obrigatoriedade.

Num estado como o Rio Grande do Norte, que já foi tido como não contendo mais indígenas em seu território ou cujos índios e negros muitas vezes são “encenados” de uma maneira “quase caricatural” (CAVINAC, 2003, p. 2), mas cujo número é crescente de pessoas que se autoafirmam indígenas nas últimas décadas (LIMA, 2016), é digno de consideração que os professores abordem essas questões contemporâneas, tendo em vista que “a inclusão da história das sociedades indígenas na escolarização básica dos brasileiros ultrapassa o cumprimento desse dever cidadão. Ela sinaliza um compromisso ético com a tolerância” (FREITAS, 2010, p. 159).

Pensando nessas questões, a comunidade de Catu foi escolhida como um importante espaço para os estudos da Geografia e da História no Ensino Fundamental, primeiramente porque guarda na sua história, muitos dos assuntos introduzidos teoricamente com os alunos dentro do espaço burocrático da sala de aula e segundo, por ser um lugar que possibilita aos alunos a vivência de uma realidade apenas imaginada. Esta comunidade recebe visitantes e tem toda uma disponibilidade para conversar com alunos, pelas falas dos professores da Escola João Lino, representada pela pessoa de Luiz Catu, conhecido líder indígena potiguar.

Foi nessa comunidade que, nas últimas décadas, se implantou a primeira e, até então, única escola reconhecidamente indígena do Rio Grande do Norte, a qual busca manter ou reviver costumes e práticas dos seus ancestrais indígenas, através de um currículo diferenciado, que abarca aulas da língua tupi, de pintura corporal, de esportes indígenas, de expressões da religiosidade como o ritual do Toré. Ali, também, é possível ouvir diretamente dos indígenas o que acontece com eles relacionado tanto à questão da demarcação de terras no Brasil, quanto aos estereótipos e consequentes preconceitos sofridos. E mais do que isso, pode-se compreender suas reivindicações, deixando-os contar a sua versão da história, ausente nos livros didáticos. O problema da degradação do ambiental que circundam as comunidades indígenas também pode ser observado pelos alunos.

Outro espaço trabalhado teórico-empiricamente foi o Estuário Potengi. Este rio, utilizado tanto pelos indígenas quanto por outros grupos desde a época colonial, passou por várias transformações no tocante na sua relação com a sociedade que se formou às suas margens. Inicialmente, aliado da cidade nascente até o século XVII; tendo enorme relevância do ponto de vista do comércio para Natal e outras cidades ribeirinhas até fins do século XVIII; em seguida passando a ser um obstáculo para a cidade por isolar o interior da

província, no século XIX; depois, sendo reaproximado da cidade no início do século XX pela aviação; hoje é um rio invisível diante do contexto urbano atual (TEIXEIRA, 2015).

Os procedimentos metodológicos foram realizados com base nas duas etapas principais: Inicialmente, um trabalho de gabinete – com a realização de um levantamento bibliográfico – e de atividades em sala de aula formal para trabalho de introdução e conceituações; mapeamento e identificação das comunidades estudadas. Foi levantada a problemática relacionada ao objetivo principal deste projeto e abordadas questões conceituais e estimuladas as pesquisas sobre: descoberta do Brasil, ameríndios, colônia, papel da Igreja, escravidão, etnia, raça, preconceito, reforma agrária, autodeclaração étnica. Houve também muitas aulas expositivas dialogadas, com produção dos estudantes sobre sua aprendizagem, seus pensamentos, suas dúvidas. Outra atividade importante foi o conhecimento dos aspectos relevantes da cultura material e imaterial de outros grupos humanos que formaram/formam, convivem/conflitam no Brasil ao longo do tempo e em diferentes espaços do país.

Em seguida, ocorreu um trabalho empírico, com aulas de campo, sendo uma delas, na comunidade indígena do Catu – Canguaretama/RN, onde os alunos conheceram manifestações da cultura do local (Figura 1) e a outra no Estuário Potengi (Figura 2).



Figura 1 – Fotos da aula de campo na comunidade indígena de Catu/Canguaretama. Conhecendo a Escola João Lino (A e B) e conhecendo os arredores da comunidade (C e D). Fonte: Cícera Tamara Fernandes (2016).

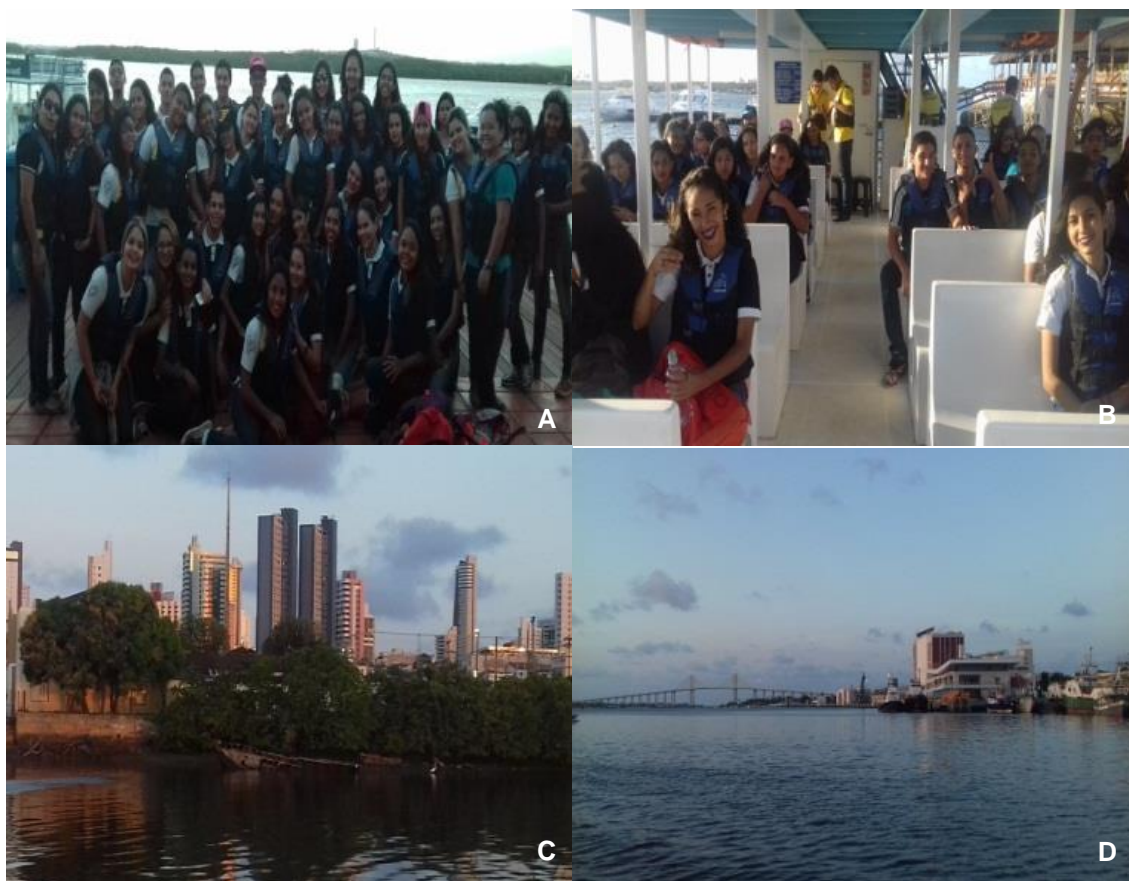


Figura 2 – Fotos da aula de campo no Estuário Potengi/ Natal – RN. Alunos no Barco Escola Chama-Maré (A e B) e analisando os impactos socioambientais no Estuário (C e D). Fonte: Ana Beatriz Maciel (2016).

Não é de hoje que no Brasil as aulas de campo são defendidas como possibilidade educativa no ensino básico. Elas ganharam popularidade dentro do movimento da Escola Nova, na década de 1960, antes do Governo Militar, tendo sido por este proibidas e retornando a ter maior visibilidade apenas a partir do período da redemocratização, na década de 1980. Mesmo antes, no início do século XX, há registros delas nas escolas dos imigrantes europeus anarquistas do Sudeste do país. A sua relevância se dá em consonância com o defendido, desde o século XIX, por educadores como Francisco Ferrer y Guardia e Célestin Freinet, que acreditavam que esse tipo de metodologia contribuía para o aprendizado do aluno na medida em que o coloca em contato mais direto com a realidade estudada. Interdisciplinaridade, verificação de testemunhos, observação sobre os lugares visitados, compartilhamento de olhares, coletas de dados, emersão de conteúdos, produção de instrumentos avaliativos, criação de recursos didáticos e divulgação dos resultados são basicamente o que se almeja com esse tipo de atividade (LOPES; PONTUSCHKA, 2009).

Nesse ínterim, em busca da interdisciplinaridade e mediando os alunos, a partir das problemáticas do presente a trabalharem ativamente do seu processo de aprendizagem, os procedimentos metodológicos que imbricaram teoria e prática, colocaram-nos diante da

mais que relevante discussão a respeito das diversidades tanto localmente falando como de maneira mais geral.

ATÉ ONDE CHEGAMOS: resultados

A aula de campo realizada à comunidade indígena de Catu não foi apenas uma visita para inserir os estudantes numa atmosfera de alteridade, de ver o outro como o diferente, como curiosidade, mas sim permitiu que estes percebessem que os moradores dessa comunidade são uma parcela da sociedade brasileira que tem suas especificidades e que precisa ser respeitada mesmo em suas diferenças, posto que os indígenas tiveram seus registros de protagonismo apagados historicamente dos materiais didáticos e por serem cidadãos como todos os outros, cujos direitos devem ser garantidos.

A compreensão dessa premissa foi alcançada desde os momentos de discussão teórica em sala de aula formal. Antes das aulas de campo, os estudantes instigados a analisarem seus conhecimentos prévios, relatos de familiares, matérias de jornais e vídeos, demonstraram entender como as pessoas têm uma concepção enraizada do que é ser índio no Brasil. Pela análise das fontes citadas, os alunos concluíram que os indígenas hoje, assim como outros cidadãos, não estão parados no tempo. Não é índio apenas aquele (e aquela) que vive em tribos tradicionais, a questão indígena hoje é perpassada, desta feita, pelas discussões sobre autodeclaração étnica e transformações culturais e sociais contemporâneas.

Já em campo, os estudantes tiveram a valiosa oportunidade de conversar com os próprios moradores da comunidade indígena de Catu. Preparados com perguntas que eles mesmos, com o auxílio das professoras produziram, muitas dúvidas foram sanadas. Os alunos registraram o que puderam e também contribuíram com o debate no momento da entrevista com o representante da indígena Escola João Lino. Participaram ainda, com muito entusiasmo, de outras atividades, oficinas, disponibilizadas pelos professores e alunos da escola. Visitaram as ruas nos seus arredores e viram de perto a degradação do Rio Catu proveniente do processo de erosão e assoreamento. Desde antes, inclusive, observaram, no interior do transporte mesmo, as plantações de cana-de-açúcar na margem das rodovias, o desmatamento e as queimadas ocasionadas por essa monocultura.

Sempre atentos e tendo a tarefa de anotarem suas conclusões, como produções construíram coletivamente, um relatório de viagem em linguagem de diário, com suas observações, o qual foi apresentado em aula subsequente à aula de campo. Relatório que

serviu tanto como produção dos alunos, quanto como uma das ferramentas avaliativas do projeto e quanto modelo para a outra aula de campo. Esta no Estuário Potengi, realizada em parceria com o projeto “Barco-Escola Chama-Maré”, que, além dos debates teóricos, os alunos experienciaram os aspectos geográficos e históricos que colocaram esse estuário como importante espaço de memória para o Rio Grande do Norte, e como o mesmo vem sendo poluído pela própria população.

Como última atividade, a culminância pensada para esse projeto foi organizada e apresentada pelos estudantes durante a Semana da Cultura da Escola Terezinha Paulino. O desafio dessa etapa de conclusão foi conseguir que eles relacionassem o que foi aprendido ao longo do projeto num trabalho final mais concreto. Os estudantes então produziram: vídeos, apresentações culturais e salas temáticas, onde mostraram à escola o que tinham apreendido durante a jornada, que levou mais de dois bimestres para ser concluída.

Ultrapassando-se as barreiras de ordem material para realização de um projeto deste vulto - que necessitou de transportes rodoviários dentro e fora da cidade de Natal e de transportes fluviais, e ainda de ferramentas tecnológicas como aparelho celulares com câmera, computadores e projetores de slides para produção de vídeos; contando com o entusiasmo dos alunos e das alunas que fizeram o que estava ao seu alcance para publicizar suas conclusões, inclusive convidando grupos artísticos culturais para o evento final (Figura 3); e com a avaliação do que os alunos demonstraram ter aprendido, conclui-se que os objetivos do projeto foram alcançados quanto aos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais numa perspectiva da busca por uma educação pela cidadania.



Figura 3 – Evento final, culminância do projeto na Semana da Cultura da escola com atividades interativas (A e B) e exibição das produções audiovisuais dos alunos (C e D). Fonte: Antônia Salete Pereira (2017).

PARA NÃO CONCLUIR: considerações finais

As diversidades étnico-raciais do Brasil foram postas para debate e reflexão por parte dos alunos com eles (e elas) buscando construir os seus conhecimentos e não apenas ficarem passivamente ouvindo o que suas professoras tinham para lhes falar. Através de atividades dentro da sala de aula formal e fora dela, interdisciplinarmente, foram desconstruídas falsas ideias provenientes do senso comum quanto ao que é ser índio na sociedade brasileira de hoje, a partir do exemplo local.

Em contato direto com os lugares, as pessoas e vendo de perto os problemas socioambientais tanto da comunidade indígena de Catu, quanto do Estuário Potengi, os alunos puderam aprender mais sobre as condições políticas, econômicas, sociais e culturais das quais fazem parte, mas que nem sempre atentam para isso. A intenção não era apenas que os alunos conhecessem lugares diferentes das suas vivências cotidianas, mas que pudessem, a partir das reflexões feitas no ambiente escolar, de um conhecimento construído historicamente e geograficamente embasado, atentarem quanto às suas ações futuras em busca de uma sociedade mais justa.

Por fim, ficou evidente que as questões trabalhadas em âmbito escolar precisam

estar em consonância com os problemas contemporâneos da sociedade, e que é preciso abordar os assuntos dentro da sala de aula de maneira interdisciplinar para que os estudantes percebam a conexão entre a escola e a vida cotidiana; e que para analisar as diversidades étnico-raciais e ambientais do Brasil é necessário avançar muito além das páginas do livro didático e sair dos muros da escola, possibilitando a ampliação do ser cidadão.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Sônia. **O que é educação inclusiva?**. 06 maio 2015. Disponível em: <<http://www.soniارانha.com.br/o-que-e-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes curriculares nacionais da educação básica**. Brasília: Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, 2013.

CARNEIRO, Sônia M. M. Interdisciplinaridade: um novo paradigma do conhecimento?. **Educar**, Curitiba, n. 10, p. 99-109, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n10/n10a13.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

CAVIGNAC, Julie A. **A etnicidade encoberta: 'Índios' e 'Negros' no Rio Grande do Norte**. 2003. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/arti/colab/abanne2003/a10-jcavignac.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

ESCOLA Municipal Professora Terezinha Paulino de Lima. **Projeto Político Pedagógico**. Formulado em 2011. Válido até 2017. Natal, RN: 2011.

FREITAS, Itamar. **A experiência indígena na Secretaria de Educação Básica**. 2010. p. 159-192. (Coleção Explorando o Ensino; v. 21).

LIMA, Marcelo. Reaprendendo a ser potiguar. **Tribuna do Norte**, 24 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/reaprendendo-a-ser-potiguar/344227>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

LOPES, Claudivan S.; PONTUSCHKA, Nídia N. Estudo do meio: teoria e prática. **Geografia**, v. 18, n. 2, p. 173-191, 2009. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/561488/mod_resource/content/1/estudo%20do%20meio.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

POTIER, Leda V. B. C.; POTIER, Robson W. Didática da História, espaço escolar e vida prática: implicações para o desenvolvimento da consciência histórica em sociedade, **História Hoje**, v. 3, n. 6, p. 279-298, 2014.

TEIXEIRA, Rubenilson B. O rio Potengi e a cidade do Natal em cinco tempos históricos: aproximações e distanciamentos. **Confins**, n. 23, 12 mar. 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/10114#tocto1n3>>. Acesso em: 12 jun. 2016.